



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP

INTRODUÇÃO

O presente estudo constitui etapa preliminar e imprescindível no planejamento do processo licitatório a ser desenvolvido, com a finalidade de assegurar a eficiência na alocação dos recursos públicos e a adequação dos ambientes de trabalho das secretarias. O objeto do estudo são os medicamentos e materiais odontológicos, visando o atendimento das demandas dos serviços de saúde bucal e o aprimoramento da qualidade do atendimento prestado aos pacientes pela Secretaria Municipal de Saúde de Dois Vizinhos.

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE (art. 18 § 1º inciso I da Lei 14.133/2021)

descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público;

A presente demanda tem por finalidade o atendimento às necessidades relacionadas ao fornecimento de medicamentos odontológicos destinados às Unidades de Saúde do município de Dois Vizinhos, com ênfase nos serviços de saúde bucal ofertados à população. A contratação justifica-se pelos seguintes aspectos:

- a) Reposição de estoque e garantia da continuidade do atendimento: A disponibilidade regular de medicamentos odontológicos é imprescindível para a adequada realização dos tratamentos, prevenção de infecções, controle da dor e execução dos procedimentos clínicos nos consultórios odontológicos da rede pública.
- b) Atendimento à crescente demanda da população: O aumento no volume de atendimentos odontológicos nas unidades básicas de saúde e em ações itinerantes de saúde gera elevação do consumo desses medicamentos, tornando necessária a reposição adequada e em tempo hábil.
- c) Cumprimento das diretrizes do SUS e das normativas de saúde bucal: A assistência farmacêutica odontológica integra as políticas públicas de saúde e é fundamental para assegurar a efetividade dos programas municipais de saúde bucal.

A ausência ou insuficiência desses medicamentos e materiais compromete diretamente a qualidade e a continuidade dos serviços prestados, afetando negativamente a saúde da população e o cumprimento das metas pactuadas com o Sistema Único de Saúde (SUS). Além disso, tal cenário representa risco sanitário aos pacientes, especialmente em procedimentos que exigem condições adequadas de biossegurança e eficácia terapêutica.



2. LEVANTAMENTO DE POSSÍVEIS SOLUÇÕES E ANÁLISE COMPARATIVA (art. 18 § 1º inciso V da Lei 14.133/2021 V - levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar;)

O Município de Dois Vizinhos identificou a necessidade de prover medicamentos e materiais odontológicos a fim de suprir a demanda dos serviços de saúde bucal prestados nas unidades de saúde. A continuidade e a qualidade desses serviços dependem diretamente da disponibilidade regular desses insumos, os quais são fundamentais para a realização de atendimentos clínicos adequados à população. Com o intuito de embasar a melhor solução para o atendimento da presente demanda, foram analisadas as seguintes alternativas:

1. Utilização de estoques remanescentes de anos anteriores

Vantagens:

- Não gera custo imediato ao Município.
- Utiliza materiais já disponíveis, evitando desperdício.

Desvantagens:

- Estoques existentes são insuficientes ou já expirados.
- Uso de medicamentos vencidos ou com validade próxima compromete a segurança e a eficácia dos tratamentos.
- Pode configurar infração sanitária e administrativa.

2. Compartilhamento de medicamentos entre unidades de saúde ou municípios vizinhos

Vantagens:

- Pode suprir demandas emergenciais temporariamente.
- Promove cooperação interinstitucional.

Desvantagens:

- Logística complexa e inviável em longo prazo.
- Risco de desabastecimento simultâneo.
- Falta de padronização nas aquisições pode comprometer a rastreabilidade e o controle dos insumos.

3. Aquisição por licitação pública

Vantagens:

- Garante ao Município autonomia na definição dos medicamentos mais adequados às necessidades da rede de saúde bucal.
- Permite o planejamento financeiro conforme a disponibilidade orçamentária local, com controle do cronograma de aquisição e entrega.



- Assegura a observância dos princípios da legalidade, publicidade, isonomia e seleção da proposta mais vantajosa, promovendo maior transparência e competitividade entre os fornecedores.

Desvantagens:

- Demanda tempo e estrutura administrativa para a elaboração, instrução e acompanhamento do processo licitatório.
 - Requer disponibilidade imediata de recursos financeiros para cobrir os custos da aquisição no momento da contratação.
-

Justificativa técnica e econômica da escolha da solução:

Considerando os aspectos analisados, conclui-se que a aquisição por meio de licitação pública representa a solução mais adequada sob os pontos de vista técnico e econômico. Essa modalidade assegura ao Município:

- a) Regularidade no fornecimento de medicamentos odontológicos;
- b) Atendimento às necessidades específicas da rede municipal de saúde bucal;
- c) Economia a médio e longo prazo;
- d) Autonomia na gestão dos insumos.

Além disso, essa opção respeita os princípios da eficiência, economicidade, transparência e interesse público, sendo a forma mais segura de garantir o atendimento contínuo e de qualidade à população.

Não será possível a contratação de empresa optante pelo Simples Nacional, tendo em vista o disposto no art. 17, inciso XIII da Lei Complementar nº 123/2006, que veda a adesão a esse regime por empresas que realizam a comercialização de medicamentos sujeitos à substituição tributária do ICMS, o que se aplica à maioria dos medicamentos odontológicos fornecidos ao setor público.

3. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO (art. 18 § 1º inciso VIII da Lei 14.133/2021) justificativas para o parcelamento ou não da contratação:

A finalidade da norma é fomentar o desenvolvimento econômico e social em âmbito local e regional, ampliar a efetividade das políticas públicas e incentivar a inovação tecnológica, conforme dispõe o artigo 47 da Lei Complementar nº 123/2006.

No entanto, tal dispositivo deve ser interpretado em conformidade com a Constituição Federal e com a Lei nº 14.133/2021, que estabelece normas gerais sobre licitações e contratos administrativos. A Constituição assegura, no processo licitatório, a igualdade de condições a todos os concorrentes. Já a nova



Lei de Licitações determina que o procedimento licitatório deve observar o princípio da isonomia, garantir a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração e promover o desenvolvimento nacional sustentável.

Assim, considerando os riscos decorrentes da restrição à competitividade por meio da concessão de exclusividade e visando assegurar a ampla concorrência, a isonomia entre os licitantes e a obtenção da proposta mais vantajosa, opta-se por não reservar o item exclusivamente para microempresas e empresas de pequeno porte. Dessa forma, o item será aberto à participação de todos os interessados, em conformidade com os preceitos da Constituição Federal, da Lei Complementar nº 123/2006 e da Lei nº 14.133/2021.

4. ESTIMATIVA DE QUANTIDADE (art. 18 § 1º inciso IV da Lei 14133/2021) estimativas das quantidades para a contratação, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte, que considerem interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala;

A presente estimativa prevê a futura contratação de medicamentos e materiais odontológicos, com a quantificação discriminada por item, de acordo com as necessidades das unidades de saúde bucal da Secretaria Municipal de Saúde de Dois Vizinhos. As quantidades foram definidas com base em:

- a) Levantamento do consumo médio mensal registrado nos últimos 12 (doze) meses;
- b) Projeção de aumento da demanda decorrente da ampliação dos serviços odontológicos no município;
- c) Diretrizes técnicas e protocolos clínicos adotados nas unidades de saúde;
- d) Planejamento da assistência farmacêutica no âmbito da saúde bucal.

A estimativa considera, ainda, possíveis interdependências com outras contratações públicas na área da saúde, de modo a garantir economia de escala e evitar sobreposição de aquisições.

5. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (art. 18 § 1º inciso VI da Lei 14.133/2021) estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação;

O valor estimado para a futura contratação é de R\$ 225.195,30 (duzentos e vinte e cinco mil cento e noventa e cinco reais e trinta centavos), conforme levantamento de preços realizado junto ao mercado.

Para esta contratação, deverá ser observada a aplicação do Coeficiente de Adequação de Preço (CAP) sobre o Preço Fábrica (PF) dos produtos, nos termos do artigo 2º da Resolução nº 03/2011 da Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CMED), a fim de se apurar o Preço Máximo de Venda ao



Governo (PMVG), tanto na fase interna quanto na fase externa da licitação. A fórmula aplicável é: $PMVG = PF \times (1 - CAP)$.

Nos casos em que o CAP não é aplicável ao fornecimento de medicamentos à Administração Pública por meio de licitações, o distribuidor deverá praticar, como limite, o valor do Preço Fábrica, conforme estabelece a Orientação Interpretativa CMED nº 02/2006 e o §1º do artigo 5º da Resolução nº 02/2018-CMED.

6. ANÁLISE DOS RISCOS (art. 18 § 1º inciso X da Lei 14.133/2021) a análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual;

A análise dos riscos que podem comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual foi realizada e está detalhadamente descrita no documento em anexo a este processo.

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (art. 18 § 1º inciso VII da Lei 14.133/2021) descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso;

A presente contratação tem por finalidade atender à demanda das unidades de saúde da Secretaria Municipal de Saúde de Dois Vizinhos, por meio do fornecimento de medicamentos e materiais odontológicos essenciais à realização dos atendimentos clínicos em saúde bucal. A solução contempla o fornecimento de diversos fármacos, tais como anestésicos locais, anti-inflamatórios, analgésicos, antissépticos, entre outros, conforme os protocolos clínicos adotados no município e as diretrizes estabelecidas pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

O fornecimento visa assegurar o abastecimento regular dos insumos necessários à execução de procedimentos odontológicos básicos e especializados, contribuindo para a resolutividade, a integralidade e a continuidade do cuidado prestado aos usuários da rede pública de saúde. A distribuição dos medicamentos será realizada conforme planejamento técnico da atenção à saúde bucal, com base em dados de consumo histórico e nas metas pactuadas no âmbito dos programas de saúde pública.

Considerando tratar-se de insumos farmacêuticos, não há exigência de manutenção ou assistência técnica por parte do fornecedor. Contudo, deverão ser rigorosamente observadas as condições adequadas de armazenamento, transporte e validade, em conformidade com as normas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e os requisitos estabelecidos no edital.

Trata-se, portanto, de solução tecnicamente compatível com as necessidades do município, economicamente viável e alinhada às políticas públicas de saúde,



promovendo melhores condições de trabalho aos profissionais da odontologia e assegurando qualidade e segurança no atendimento prestado à população.

8. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 18 § 1º inciso III da Lei 14.133/2021)

Como requisitos da contratação serão requeridos os seguintes documentos:

- a) A empresa fornecedora deverá apresentar o Contrato Social ou Estatuto atualizado, registrado na Junta Comercial ou no órgão competente, que comprove sua constituição legal e a habilitação para atuar no ramo de comercialização de medicamentos e produtos farmacêuticos.
- b) A empresa deverá comprovar capacidade técnica mediante a apresentação de atestados de capacidade técnica emitidos por entes públicos ou privados, que demonstrem experiência anterior no fornecimento de medicamentos, preferencialmente odontológicos, em quantidade e complexidade compatíveis com o objeto da contratação.
- c) Certidão de Regularidade da empresa expedida pelo Conselho Regional de Farmácia (para os Medicamentos e Correlatos).
- d) Autorização de Funcionamento (AFE), emitida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), da empresa licitante, ou a respectiva publicação no Diário Oficial da União, com atividade compatível com a distribuição de medicamentos. Também será aceita consulta realizada no site da ANVISA, com a data da consulta não superior a 60 dias.
- e) Alvará Sanitário (ou Licença Sanitária) da empresa, expedido pela Vigilância Sanitária Estadual ou Municipal, tal como exigido pela Lei Federal n.º 6.360/76 (art. 2º), Decreto Federal n.º 79.094/77 (art. 2º) e Portaria Federal nº 2.814 de 29/05/98.
- f) Todos os medicamentos a serem fornecidos devem possuir registro válido na Anvisa e estar de acordo com as exigências estabelecidas nas farmacopeias e normas sanitárias vigentes.
- g) Os medicamentos deverão atender integralmente às especificações técnicas detalhadas no termo de referência ou documento anexo, incluindo composição, forma farmacêutica, concentração, apresentação e volume/quantidade por unidade.
- h) Os produtos deverão ser entregues com, no mínimo, 12 (doze) meses de validade restante a partir da data de entrega, e com condições de armazenamento e transporte que preservem sua qualidade e segurança. O prazo de validade dos medicamentos não deverá ser inferior a 12 (doze) meses, a contar da data da entrega do produto, os medicamentos devem ser entregues com prazo equivalente a, no mínimo, 75% de sua validade, contados da data de fabricação.



- i) Os medicamentos deverão ser entregues com rótulos legíveis, contendo lote, data de fabricação e validade, além de nota fiscal correspondente. Sempre que exigido, deverá ser fornecido o certificado de análise do lote entregue. Exigi-se que as notas fiscais contenham a identificação do número do lote e do prazo de validade dos medicamentos, nos termos dos artigos 9º e 13, incisos VIII e X, da Portaria Anvisa 802/1998 c/c o artigo 1º, inciso I, da Resolução Anvisa RDC 320/2002.

A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade, se cabíveis ao objeto.

O recebimento provisório ou definitivo do objeto pela área responsável não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato ou por vícios do produto.

A Contratada deverá assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica sobre a qualidade e especificação dos produtos que serão entregues.

A Contratada deverá fornecer diretamente o produto, não podendo transferir a responsabilidade pelo objeto licitado para nenhuma outra empresa ou instituição de qualquer natureza.

Prestará todos os esclarecimentos técnicos que lhe forem solicitados relacionados com as características dos produtos/serviços fornecidos.

Necessitará executar, fielmente, as entregas de acordo com as requisições expedidas, não se admitindo modificações sem prévia consulta e concordância da Contratante.

A Contratada se obriga a executar os serviços ou a entrega dos produtos de acordo com os prazos e critérios estipulados, em dias, locais e quantidades determinadas no termo de referência.

Manter durante toda a execução deste objeto, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo de contratação.

A Contratada é obrigada a pagar todos os tributos, contribuições fiscais que incidam ou venham a incidir, direta e indiretamente, sobre os materiais adquiridos, fornecer Nota Fiscal correspondente aos produtos comercializados, igual ao descrito em Nota de Empenho, assim como se responsabilizar pelas



despesas operacionais e administrativas, de mão de obra dos produtos, transporte até o local da entrega que será previamente indicado.

Quando a aquisição for adquirida pelo Município através de Transferências Especiais de Recursos Federais ou Estaduais ou verba parlamentar é imprescindível indicar nas observações da Nfe, o número do convênio, número do Edital, documentos estes que comprovam o nexo causal entre recursos repassados e as despesas realizadas.

INSTALAÇÃO DE ESCRITÓRIO

() SIM

(x) NÃO

9. JUSTIFICATIVAS (Art. 18, inciso IX da Lei 14133/2021) A motivação circunstanciada das condições do edital, tais como justificativa de exigências de qualificação técnica, mediante indicação das parcelas de maior relevância técnica ou valor significativo do objeto, e de qualificação econômico-financeira, justificativa dos critérios de pontuação e julgamento das propostas técnicas, nas licitações com julgamento por melhor técnica ou técnica e preço, e justificativa das regras pertinentes à participação de empresas em consórcio;

A elaboração do edital para a aquisição de medicamentos odontológicos visa atender às necessidades das unidades de saúde da Secretaria Municipal de Saúde de Dois Vizinhos, e contempla exigências proporcionais e justificáveis tanto de qualificação técnica quanto econômico-financeira. Essas exigências são essenciais para garantir que os produtos adquiridos atendam às especificações requeridas, sejam entregues no prazo estabelecido e assegurem a continuidade do atendimento à população.

Justificativa da Qualificação Técnica:

A exigência de qualificação técnica tem como objetivo garantir que a empresa fornecedora tenha experiência comprovada no fornecimento de medicamentos odontológicos, assegurando que os produtos atendam aos padrões de qualidade exigidos. Tendo em vista que os medicamentos possuem um valor unitário relevante e uma função essencial no tratamento odontológico, é fundamental que a empresa demonstre capacidade para fornecer os produtos de acordo com as normas sanitárias, com condições adequadas de armazenamento e transporte, além de garantir a validade dos produtos. O não cumprimento dessas exigências poderia comprometer diretamente a saúde dos pacientes e a qualidade do atendimento.

Justificativa da Qualificação Econômico-Financeira:

A exigência de regularidade fiscal e trabalhista, bem como a apresentação de documentos contábeis (como balanços patrimoniais e demonstrações financeiras dos últimos dois anos), visa assegurar que a empresa tenha



capacidade econômico-financeira para cumprir com as obrigações contratuais. Isso é imprescindível para evitar riscos como inadimplência, falhas no fornecimento e comprometimento da continuidade do fornecimento dos medicamentos, o que afetaria diretamente o interesse público e a qualidade dos serviços de saúde. A análise da saúde financeira das empresas também contribui para mitigar a possibilidade de problemas durante a execução do contrato.

Critérios de Julgamento:

Dada a natureza dos medicamentos odontológicos, cujas especificações são objetivas e padronizadas, será adotado o critério de menor preço para a seleção da proposta mais vantajosa. O critério de melhor técnica ou técnica e preço não será aplicável, pois não se trata de um produto complexo que requeira avaliação técnica aprofundada. O critério de menor preço assegura a aquisição de medicamentos com qualidade e eficiência, ao mesmo tempo que busca o melhor custo-benefício para a administração pública.

10. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS e CONTRATAÇÃO SUSTENTÁVEL (art. 18 § 1º inciso XII da Lei 14.133/2021) descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável;

A aquisição de medicamentos odontológicos, por si só, não apresenta impactos ambientais significativos durante seu uso, considerando que os produtos são utilizados diretamente em procedimentos clínicos e não geram resíduos em larga escala. No entanto, é importante reconhecer que há aspectos ambientais associados à produção, transporte, armazenamento e descarte de medicamentos e seus resíduos (embalagens primárias e secundárias, sobras ou produtos vencidos).

Nesse sentido, a contratação observará os seguintes princípios e práticas de sustentabilidade:

- Exigência de regularidade ambiental dos fornecedores, assegurando que a produção e o armazenamento sigam as normas sanitárias e ambientais vigentes, especialmente as da Anvisa e da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010);
- Recomendações para descarte correto de embalagens e medicamentos vencidos ou não utilizados, respeitando os procedimentos previstos na Resolução RDC nº 222/2018 da Anvisa;
- Orientação às unidades de saúde sobre a adoção de boas práticas de armazenamento e gestão de resíduos de serviços de saúde, com foco na minimização de desperdícios e prevenção de contaminações ambientais;



- Avaliação de fornecedores com compromisso ambiental, como critério indireto de sustentabilidade, sempre que possível.

Embora não se trate de bens sujeitos à logística reversa obrigatória nos moldes aplicáveis a equipamentos eletrônicos, a administração pública municipal buscará, sempre que viável, priorizar fornecedores que adotem práticas sustentáveis, contribuindo para a responsabilidade ambiental da cadeia de suprimentos do SUS.

11. DEMONSTRATIVOS DOS RESULTADOS PRETENDIDOS (art. 18 § 1º inciso IX da LEI 14.133/2021) demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis;

A contratação para aquisição de medicamentos e materiais odontológicos destinados às unidades de saúde da Secretaria Municipal de Saúde de Dois Vizinhos objetiva alcançar os seguintes resultados:

- a) Assegurar o abastecimento contínuo de insumos essenciais para os atendimentos em saúde bucal, evitando desabastecimentos que comprometam os serviços e reduzindo a necessidade de aquisições emergenciais, normalmente mais dispendiosas;
- b) Otimizar o uso dos recursos humanos, garantindo que os profissionais de odontologia disponham dos insumos necessários para os procedimentos clínicos, favorecendo o aumento da produtividade e a redução de tempos ociosos;
- c) Promover a eficiência na gestão de estoques, com base na padronização dos medicamentos, no levantamento do consumo médio e nas projeções de demanda, reduzindo perdas por vencimento ou acúmulo desnecessário;
- d) Qualificar o atendimento prestado à população, com a oferta regular de tratamentos odontológicos completos, resolutivos e dentro dos protocolos técnicos, contribuindo para a prevenção de agravos e a promoção da saúde bucal;
- e) Viabilizar o cumprimento das metas pactuadas com o SUS, especialmente no que se refere aos indicadores da Atenção Primária e dos programas especializados, mediante a garantia dos insumos exigidos para os procedimentos odontológicos;
- f) Aprimorar a economicidade da contratação pública, por meio da centralização da aquisição e da ampliação da concorrência, viabilizando melhores condições de preços e ganhos em escala.

Dessa forma, a presente contratação contribui para a melhoria da eficiência administrativa, a racionalização dos gastos públicos e o fortalecimento da



atenção em saúde bucal, em conformidade com os princípios da economicidade, da continuidade do serviço público e da efetividade na promoção da saúde coletiva.

12. REGIME DE FORNECIMENTO (Art. 18, inciso VII da Lei 14.133/2021) o regime de fornecimento de bens, de prestação de serviços ou de execução de obras e serviços de engenharia, observados os potenciais de economia de escala;

O regime de fornecimento a ser adotado será sob demanda, com entregas parceladas conforme as necessidades operacionais da Secretaria Municipal de Saúde de Dois Vizinhos. Este modelo permite a adequada gestão de estoques, minimizando perdas por vencimento e otimizando o uso racional dos insumos, além de garantir maior controle sobre o consumo efetivo dos medicamentos odontológicos.

A contratação sob demanda favorece a economicidade, pois assegura que o pagamento seja realizado apenas pelos itens efetivamente entregues, evitando despesas desnecessárias com armazenagem ou aquisição antecipada. Além disso, proporciona flexibilidade no atendimento de variações sazonais e demandas emergenciais, sem comprometer a continuidade dos serviços prestados.

A estrutura da aquisição em lote, por meio de licitação pública, permite ainda o aproveitamento da economia de escala, com potencial para obtenção de melhores preços unitários em razão da centralização da demanda e da ampla concorrência entre fornecedores.

O fornecimento deverá obedecer aos critérios de qualidade, validade mínima exigida, condições apropriadas de transporte e armazenamento, bem como às normas estabelecidas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), assegurando a regularidade, a segurança e a eficiência no atendimento à população usuária do Sistema Único de Saúde (SUS).

13. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO, INCLUSIVE QUANTO À CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES OU DE EMPREGADOS PARA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL (art. 18 § 1º inciso X da LEI 14.133/2021) providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual;

Não há necessidade de providências específicas. O gestor, fiscal(is) e suplente(s) designados para o contrato são servidores experientes e não terão dificuldade na fase de execução contratual.



Relação de Gestor e Fiscais	
Gestor:	Claudete Meurer
Fiscal Administrativo:	Bianca Cristina Schreiber
Fiscal de Recebimento/Execução:	Nelciane Moretto Estivalet
Suplente:	Karen Cardoso Ubiali

14. CONTRATAÇÕES CORRELATAS e/ou INTERDEPENDENTES**(art. 18 § 1º inciso XI da Lei 14.133/2021)**

Não há previsão de contratações correlatas ou interdependentes vinculadas à presente aquisição, pois a compra de medicamentos odontológicos constitui uma demanda específica, autônoma e suficiente para atender às necessidades do serviço odontológico, sem depender de outras contratações para sua execução ou funcionamento.

15. ALINHAMENTO COM O PAC (art. 18 § 1º inciso II da Lei 14133/2021)

demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração.

O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, conforme detalhamento a seguir:

- I) ID PCA no PNCP: 76205640000108-0-000001/2025;
- II) Data de publicação no PNCP: 17/06/2024;
- III) Id do item no PCA: 1448, 2069, 967, 1602 a 1613;
- IV) Classe/Grupo: 6505, 6520, 6810;
- V) Identificador da Futura Contratação: 987541-34/2025, 987541-35/2025, 987541-63/2025 e 987541-35-271/2025.

15. A CONTRATAÇÃO SERÁ GLOBAL, POR LOTES DE ITENS OU POR ITENS

A contratação será realizada por meio de processo licitatório na modalidade Pregão Eletrônico, com fornecimento de bens de natureza especial por MENOR PREÇO ITEM.

- () Global
- () Lote(s) de itens
- (X) Por Itens

16. O SERVIÇO OU PRODUTO SE CLASSIFICA COMO?

- (x) Bens e serviços comuns
- () Bens e serviços especiais



() Serviço comum de engenharia

() Serviço especial de engenharia

O objeto da presente contratação classifica-se como bem de consumo, conforme definição do art. 6º, inciso IX da Lei nº 14.133/2021. Os medicamentos e materiais odontológicos demandados são classificados como bens comuns, uma vez que possuem especificações usuais no mercado, com padrões de qualidade definidos por normas técnicas e sanitárias amplamente reconhecidas, como as da Anvisa. Tais produtos não exigem desenvolvimento específico, inovação tecnológica, nem apresentam complexidade na definição de suas características essenciais, o que permite a formulação de um edital com critérios objetivos de julgamento. Dessa forma, considerando que os insumos solicitados são padronizados, amplamente comercializados e com especificações técnicas uniformes, a contratação pode ser realizada por meio da modalidade de Pregão, nos termos da Lei nº 14.133/2021, garantindo competitividade, eficiência e economicidade ao processo.

17. GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

Não será exigida garantia para a execução do contrato, considerando que se trata de contratação para fornecimento de medicamentos e materiais odontológicos com valor estimado compatível com o porte do objeto e com risco considerado moderado na fase de planejamento.

Apesar de envolver fornecimento contínuo e prazos definidos, a exigência de garantia foi avaliada como dispensável, uma vez que a estrutura do contrato e os mecanismos de controle — como o acompanhamento por fiscal designado, cláusulas de penalidades e possibilidade de sanções — já são suficientes para mitigar eventuais riscos de inadimplemento.

18. CONCLUSÃO PELA VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO (art. 18 § 1º inciso XIII da LEI 14.133/2021) posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina.

Diante das informações e análises apresentadas neste Estudo Técnico Preliminar, conclui-se pela viabilidade e necessidade da contratação de empresa especializada para o fornecimento de medicamentos e materiais odontológicos. Trata-se de uma solução tecnicamente adequada, economicamente justificada e essencial para garantir a continuidade e a qualidade dos atendimentos em saúde bucal realizados nas unidades de saúde do município, atendendo de forma efetiva à necessidade pública identificada.

19. MODALIDADE, CRITÉRIO, MODO DE DISPUTA, ETC (Art. 18, inciso VIII da Lei 14133/2021) a modalidade de licitação, o critério de julgamento, o modo de disputa e a



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

adequação e eficiência da forma de combinação desses parâmetros, para os fins de seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, considerado todo o ciclo de vida do objeto;

A contratação será realizada por meio de processo licitatório na modalidade Pregão Eletrônico, com julgamento pelo critério de menor preço por item, tendo como objeto o fornecimento de bens de natureza especiais.

Ressalta-se que será utilizado recurso específico para a aquisição e que o processo não possui caráter sigiloso, observando os princípios da publicidade e transparência previstos na Lei nº 14.133/2021.

- (x) Pregão, (x) Tradicional () SRP
 () Concorrência, () Tradicional () SRP
 () Concurso
 () Leilão
 () Dialogo Competitivo

Procedimentos auxiliares

- () Credenciamento (Inexigibilidade-Chamamento)
 () Pré-Qualificação
 () Procedimento de Manifestação de Interesse

Contratação Direta:

- () Dispensa () com disputa () sem disputa
 () Inexigibilidade de licitação.

Critério de julgamento:

- (x) menor preço
 () melhor técnica ou conteúdo artístico
 () técnica e preço
 () maior retorno econômico
 () maior desconto
 () maior lance

O município adota a utilização de 4 (quatro) casas decimais, a fim de se fomentar a competitividade do certame e a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

Modo de disputa: O modo de disputa poderá ser, isolada ou conjuntamente:

- () Aberto
 () Fechado
 (x) Aberto e Fechado



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

☐ Fechado e Aberto

Caráter do orçamento estimado SIGILOSO

☒ SIM

☐ NÃO

O custo estimado da contratação possui caráter sigiloso e será tornado público, conforme artigo 24, § 1, inciso VI da LEI Nº 13.019/2014.

20. Qual será a fonte dos recursos a serem utilizados?

☒ Recursos Próprios

☐ Recursos Estaduais

☐ Recursos Federais

Dois Vizinhos, 25 de junho de 2025.

Claudete Meurer

Gestora de Saúde